

Marinês Restelatto Dotti

GOVERNANÇA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

APLICAÇÃO EFETIVA DE
DIRETRIZES, RESPONSABILIDADE E
TRANSPARÊNCIA

Inter-relação com o direito fundamental
à boa administração e o combate à
corrupção

Área específica

DIREITO PÚBLICO

Áreas afins

DIREITO ADMINISTRATIVO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Público-alvo/consumidores

Gestores públicos, detentores de mandatos eletivos, membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, profissionais de controle interno e externo, membros de comissões de licitação, pregoeiros e equipes de apoio, advogados públicos, auditores e demais agentes públicos envolvidos nos procedimentos de contratação de compras, obras, serviços e alienações pela administração pública, federal, estadual, distrital e municipal.

MARINÊS RESTELATTO DOTTI

GOVERNANÇA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

APLICAÇÃO EFETIVA DE DIRETRIZES,
RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊNCIA

Inter-relação com o direito fundamental à
boa administração e o combate à corrupção



FÓRUM

Acordos internacionais e normas internas dedicam-se a estabelecer mecanismos destinados a direcionar e monitorar o direito da sociedade à boa administração, o combate à corrupção, o bom e efetivo uso de recursos públicos e a eficiência administrativa, com destaque para: a simplificação e modernização administrativa; a coordenação de estratégias e processos para melhor integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público; a incorporação de padrões de conduta que visem a orientar o comportamento dos agentes públicos; a implementação e o fortalecimento de controles internos que privilegiem ações de prevenção; competências e responsabilidades; o combate ao nepotismo; e a transparência das atividades e resultados alcançados. Esquadrinhar tais mecanismos e propor procedimentos internos de integridade aplicáveis no âmbito da governança das organizações públicas e de seus processos de licitação e contratação, em cumprimento às diretrizes estabelecidas em acordos internacionais e normas internas, são os objetivos deste estudo.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001476

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D725m Dotti, Marinês Restelatto

Governança nas contratações públicas: aplicação efetiva de diretrizes, responsabilidade e transparência. Inter-relação com o direito fundamental à boa administração e o combate à corrupção / Marinês Restelatto Dotti. Belo Horizonte : Fórum, 2018.

161 p. ; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-85-450-0554-4

1. Direito. 2. Direito Público. 3. Direito Administrativo. 4. Direito Constitucional. I. Título.

CDD: 340

CDU: 340

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

DOTTI, Marinês Restelatto. *Governança nas contratações públicas: aplicação efetiva de diretrizes, responsabilidade e transparência. Inter-relação com o direito fundamental à boa administração e o combate à corrupção*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 161 p. ISBN 978-85-450-0554-4.

MARINÊS RESTELATTO DOTTI

Advogada da União. Especialista em Direito do Estado e em Direito e Economia (UFRGS). Professora no curso de especialização em Direito Público com ênfase em Direito Administrativo da UniRitter – *Laureate International Universities*.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
O BRASIL NO RANKING DA CORRUPÇÃO	19
CAPÍTULO 2	
OS IMPACTOS DA CORRUPÇÃO	27
2.1 Cooperação internacional no combate à corrupção	31
CAPÍTULO 3	
DIREITO A UMA BOA ADMINISTRAÇÃO	37
CAPÍTULO 4.....	41
GOVERNANÇA DE ORGANIZAÇÕES	41
4.1 Atividades finalísticas preenchidas exclusivamente por meio de concurso público	43
4.1.1 Desvio de função.....	45
4.1.1.1 Usurpação do exercício de função pública.....	46
4.1.2 Vedação à contratação de organizações sociais civis de interesse público visando à intermediação de mão de obra.....	47
4.2 Preenchimento de funções de confiança e de cargos comissionados selecionados exclusivamente da organização pública.....	51
4.2.1 Mapeamento de riscos na contratação de funções de confiança e de cargos em comissão	54
4.2.2 Modelo de recrutamento de cargos de livre provimento de natureza gerencial, selecionados exclusivamente da organização pública e que privilegie a meritocracia	57
4.3 Gestão compartilhada.....	62
CAPÍTULO 5	
MEDIDAS JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS INIBIDORAS DA PRÁTICA DE ATOS CONTRÁRIOS À ORDEM JURÍDICA EM PROCESSOS DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO.....	65
5.1 Implementação de ações objetivando o estabelecimento de rotinas	67
5.1.1 Fixação de normas internas que definam as atribuições, competências e responsabilidades dos setores e cargos efetivos (segregação de funções)	67
5.1.2 Edição de manuais internos para os trabalhos dos setores de licitações e contratações	70
5.1.2.1 Rodízio de funções.....	71
5.1.3 Regime jurídico de licitações e moldura regulamentar de procedimentos únicos, no âmbito de todos os Poderes das três esferas da federação	72
5.1.3.1 Regime jurídico de licitações e contratos próprios das empresas públicas e sociedades de economia mista.....	74
5.1.4 Processamento da licitação no formato eletrônico	75
5.1.5 Limitação de preços nas contratações públicas	78
5.1.6 As terceirizações da administração pública e a prática do nepotismo	81
5.1.6.1 Terceirização de atividades no âmbito da administração pública	82
5.1.6.2 Inserção de parentes consanguíneos ou afins de servidores públicos e dirigentes da organização nos quadros das empresas terceirizadas	85
5.1.6.3 Terceirização de mão de obra por empresas estatais	88
5.1.6.4 Contratação de sociedade empresária, por empresa estatal, baseada em relação de parentesco (Lei nº 13.303/2016).....	92

5.1.6.5	Contratação direta de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, que mantenha relação de parentesco com o dirigente do órgão ou entidade pública contratante, ou com o responsável pela contratação (Leis n ^{os} 8.666/1993 e 12.462/2011).....	93
5.1.6.6	Participação de pessoa jurídica em cujos quadros houver administrador ou sócio com poder de direção que mantenha relação de parentesco com dirigente do órgão ou entidade pública licitante, ou com o responsável pela licitação (Leis n.ºs 8.666/1993 e 12.462/2011)	97
5.1.7	Capacitação e qualificação de agentes	105
5.2	Responsabilização de agentes	106
5.2.1	Responsabilidade administrativa	108
5.2.2	Responsabilidade civil	109
5.2.3	Responsabilidade penal	111
5.2.4	Responsabilidade por ato de improbidade administrativa	111
5.2.5	Responsabilidade perante os Tribunais de Contas	113
5.2.6	Responsabilidade perante o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	115
5.3	Programa de integridade	116
5.4	Desconsideração da personalidade jurídica de sociedade empresária contratada pela administração pública (<i>disregard doctrine</i>).....	119
5.5	Registro da atuação do contratado no cumprimento de obrigações assumidas	124
5.6	Atuação uniforme das ações desempenhadas por órgãos de consultoria e de controle, interno e externo, padronização de entendimentos jurídicos e segurança jurídica fundada na estabilidade de precedentes	125
5.6.1	Padronização de minutas de editais, contratos e outros documentos técnicos.....	128
5.6.2	Compartilhamento e uniformização das ações de assessoramento jurídico e de controle, interno e externo	129
5.6.3	Uniformização de entendimentos jurídicos	131
5.6.4	Estabilidade de precedentes	132
5.7	Transparência de dados	134
5.7.1	Sigilo do valor estimado atribuído ao objeto da licitação	141
5.7.2	Responsabilidade do agente público decorrente da divulgação, permissão da divulgação ou do acesso ao valor sigiloso atribuído ao objeto da licitação.....	143
	CONCLUSÃO	147
	REFERÊNCIAS.....	151